

POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES POPULARES: O CASO DOS ALAGADOS – SALVADOR/BA

Janio Santos¹

Resumo:

Esta pesquisa analisa o papel das políticas públicas no processo de produção do solo urbano nos Alagados e as implicações dos movimentos populares reivindicando seu direito à cidade. Parte-se do princípio de que tais intervenções do Estado e da comunidade foram relevantes para a continuidade da luta pela morada e pela vida nos Alagados. Busca-se desvendar as contradições das ações do poder público ao promover transformações. Os momentos são: o processo de legalização do solo, final da década de 1940 até 1967; as primeiras propostas de intervenção, entre 1967 e meados da década de 1970; as reais intervenções, a partir de meados da década de 1970 até os dias atuais. Percebeu-se que o objetivo das intervenções do Estado foi inserir os moradores na lógica imobiliária capitalista e planejar habitações populares como forma de captação de recursos.

Palavras-Chave: Contradições, Estado e Periferia

Abstract:

The research analyzes the paper of the public politics in the production process of the urban ground in Alagados and the implications of the people actions, demanding its right to the city. It is based on the principle that the public policy and the community actions had been important for the continuity of the struggle for dwelling and life in Alagados. It searches to unmask the contradictions of the actions of the public power when promoting transformations. These moments are: the process of the ground legalization, by the end of the decade of 1940 up to 1967; the first proposals of the public politics in the process of planning of the interventions, between 1967 and middle of the decade of 1970; the actual interventions, from middle of the 1970 until today. It was perceived that the objective of the interventions of the State was to insert the people in the capitalist logic and to convert the planning of popular housing as a way of getting financial resources.

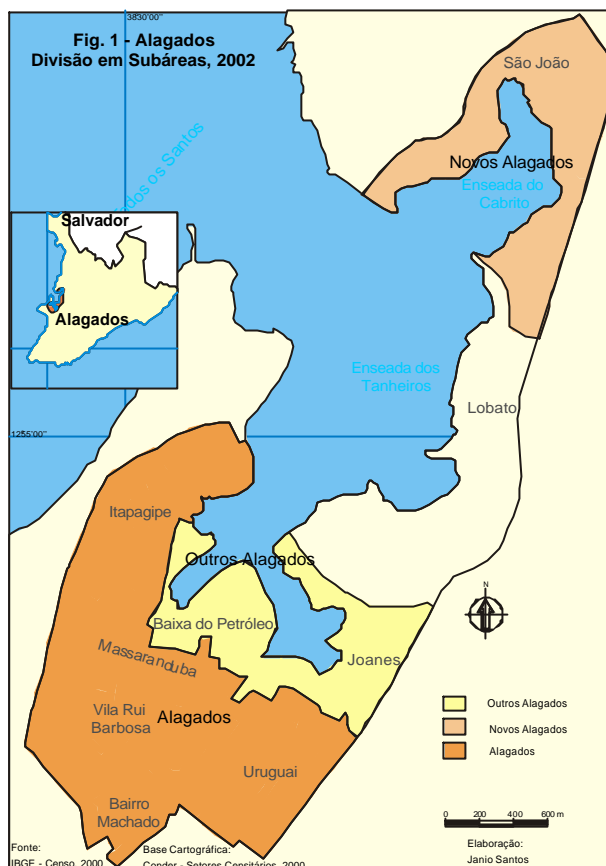
Keywords: contradiction, periphery and State

INTRODUÇÃO

Esta análise objetiva refletir sobre as contradições das políticas públicas no processo de planejamento das intervenções nos Alagados, periferia de Salvador (Fig 1). A investigação buscará entender as propostas contidas nos projetos ao longo do tempo, destacando os mais relevantes e a sua aplicação no local. Em relação à ação do Estado, destaca-se que este agente de produção do espaço é investigado a partir do papel que tiveram suas políticas e intervenções ao longo da ocupação e expansão das Alagados sem deixar de salientar que ao

¹ Professor Assistente do Departamento de Geografia da UESB, doutorando em Geografia pela UNESP - Presidente Prudente. Endereço eletrônico: janiosantos@uesb.br

desempenhar tais ações o Estado *atuou e atua na construção de um imaginário coletivo e ideológico*².



O papel dos movimentos populares será instrumento de análise em contraposição às políticas públicas. Esse embate entre movimentos realizados pela comunidade e intervenções públicas torna os fatos mais claros, proporcionando um entendimento maior das diferenças entre planejamento e a ação do Estado.

Ao explicitar o processo de intervenção e os conflitos entre a comunidade organizada e o Estado, será possível compreender, não só os retrocessos e avanços das intervenções públicas nas subáreas dos Alagados, mas, também, a evolução das formas de organização comunitária, juntamente com seus objetivos e papéis no local.

A análise parte de algumas reflexões teóricas sobre o entendimento do processo de produção do espaço urbano, concomitante à compreensão do mesmo no processo de reprodução da vida. A partir destes pressupostos, analisa a forma como foi conquistado o solo nos Alagados, para posteriormente investigar os primeiros indícios de intervenções do Estado no local. Finalmente, discute as etapas de ações efetivas do Estado e dos movimentos populares nos Alagados e suas repercussões no processo de reprodução do espaço.

A CIDADE E A REPRODUÇÃO DA VIDA

A cidade, assim como as características da vida que nela circula, é objeto de debate de várias áreas do conhecimento científico face à dimensão que tal espaço ganhou para a compreensão

² ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado: notas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE)*. 6ª Ed – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, p 66.

das vicissitudes sociais nos últimos séculos. Obra e criador são, assim, analisados, dentre outras maneiras, como reflexo dos diferentes interesses econômicos e políticos que permeiam o produzir do espaço urbano e o (re)produzir da vida urbana. A cidade registra o tempo, registrando os interesses dos homens. Apresenta-se de forma hierarquizada, segregada, como um palco de conflitos, perceptível no desvelar da paisagem.

O processo de produção do espaço urbano é complexo, da mesma forma que é complexa a análise e a ação dos agentes que o produzem. O Estado, os agentes imobiliários, os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários e os grupos segregados são, para Correia (1989), os principais agentes de produção do espaço urbano. Sob um mecanismo específico, cada um destes produz a cidade produzindo uma estratégia de reprodução dos seus interesses.

A produção da cidade para os grupos segregados ocorre em conflito com a propriedade privada do solo urbano, uma mercadoria que adquire preço, valor de troca; o acesso a ele só pode ocorrer mediante a sua compra. A aquisição de uma parcela do solo urbano não significa apenas a moradia, mas todas as possibilidades de extração de renda que o solo urbano pode proporcionar, seja para quem compra, seja para quem vende.

A reivindicação do *direito à cidade* tem como princípio a idéia de que todo homem precisa de determinadas condições básicas para se reproduzir enquanto homem. Pode-se citar, dentre estas, o acesso à moradia, as possibilidades de lazer, as condições de acesso aos benefícios sociais (educação, saúde, etc.) e o valor histórico e cultural.

A especificidade na reprodução da vida do homem está associada, principalmente, a sua participação na divisão social do trabalho (CARLOS, 1994, p. 133-134). É uma estrutura estabelecida pela lógica capitalista para se reproduzir. Às classes, impõem-se, através das condições e dos meios essenciais de reprodução (o espaço, o sistema legislativo, o modelo político, os parâmetros ideológicos), os mecanismos fundamentais que servem para a ampliação do sistema. Por um lado, valorizam o capital e os meios de produção, valorizando concomitantemente aqueles que os detém; por outro, desvalorizam a força do trabalho, perante a valorização do capital, desvalorizando concomitantemente aqueles que a detém; forçam, com isso, a continuidade da reprodução da divisão social do trabalho.

De qualquer modo, a idéia de reprodução da vida é pensada não apenas na forma como cada indivíduo se insere no mercado e na sua capacidade, ou não, de adquirir as benesses essenciais para a perpetuação de sua existência. É analisada, também, com o intuito de discutir de que maneira esta relação cria as condições do mesmo se reproduzir enquanto membro de uma coletividade e as especificidades deste homem no pensar a sua condição de cidadão.

No entanto, as condições criadas para esta reprodução social não produzem este homem. Criam, contrariamente, uma hierarquia social, em função das diferentes possibilidades de participação no processo. Assim, produz-se o espaço reproduzindo a forma como cada um se apropria dele. O que quer dizer que a hierarquização na divisão social do trabalho produz espacialmente condições para a sua reprodução, produzindo espaços desiguais e criando uma continuidade perene desta desigualdade.

A CONQUISTA DO SOLO EM ALAGADOS

O movimento de luta pelo espaço em Salvador significou um conflito entre os migrantes, juntamente com a população pobre em crescimento na cidade, e o intenso processo de privatização do espaço urbano. Em Alagados, a propriedade privada do solo urbano representava um problema para a ocupação inicial, como foi argumentado anteriormente.

Interessante observar que as terras onde principiam as invasões nos Alagados pertenciam à Marinha e União. Elas foram aforadas em 1944³, um ano após a proposta de transformação de Itapagipe em uma Zona Industrial, apresentada pelo Plano Urbanístico de Salvador (1943), elaborada pela equipe coordenada pelo urbanista Mario Leal Ferreira, quando Landulfo Alves era interventor do Estado. Neste mesmo ano, 1943, foi institucionalizado o EPUCS, Escritório de Planejamento Urbano da Cidade de Salvador, que tinha como princípio a construção do referido plano.

Isso significava que os arredores da Península de Itapagipe, onde posteriormente ocorre a ocupação, apresentava sólidas e reais possibilidades de valorização. O contrato firmado, inclusive, apresentava cláusula que prescrevia o ato de recuperação e urbanização da área como dever do contratado. No entanto, até pelo menos 1949 nada tinha sido realizado e a área apresentava-se com os mesmos graus de insalubridade de outrora.⁴ O processo de invasão e ocupação da área ocorre pela sua plena “disponibilidade” para os moradores.

As primeiras ações do Estado em Alagados representavam a intermediação entre os proprietários do terreno, o Banco Mercantil Sergipense, os foreiros e a Marinha, e os ocupantes iniciais das terras e do mar. Os contatos iniciais entre o poder público e os *invasores* materializaram-se através das propostas de demolição das habitações, principalmente na Vila Rui Barbosa e ao longo da Av. Caminho de Areia. A presença da polícia, então, significava a presença do Estado e a manutenção da propriedade privada.

As ameaças de demolição eram constantes, um “tormento” na vida dos “invasores”. A resistência dos moradores às ações da polícia e a própria situação da terra foram os motivos principais que permitiram a continuidade da expansão; possibilitaram, acima de tudo, a permanência das precárias habitações que significavam a garantia da residência na área.

A primeira ação do Governo do Estado no sentido de legalizar a situação fundiária em Alagados ocorreu em 1951, no bairro hoje conhecido como Vila Ruy Barbosa. A Assembléia Legislativa aprovou o pleito da transformação em utilidade pública, o que colocava a área, então, para fins de desapropriação. Em 1953, o Governo fez o pagamento da primeira parcela da indenização (BAHIA, 1970. p.124).

Essa desapropriação ocorrera de forma irregular, segundo a Comissão designada pelo sucessor do Governador do Estado para analisar o ato, em função da contestação, pleiteada pelo Serviço do Patrimônio da União. Reconhecendo tais irregularidades, a Comissão considera o pleito de desapropriação nulo. O Serviço do Patrimônio da União foi então convocado pelo Serviço de Patrimônio do Estado para uma nova avaliação dos terrenos da Marinha e tentar equacionar a questão (BAHIA, 1970. p.124-125).

Contudo, o Estado não cumpriu suas deliberações e os terrenos foram mantidos em nome dos foreiros antigos. A preocupação do Estado em apenas regularizar a situação parece ter sido o fator relevante ao longo do processo de estabelecimento da posse. Em nenhum momento, entretanto, foram encontrados vestígios de interesse, por parte do Estado, em transferir a posse dos terrenos para os moradores, ou seja, para os ocupantes do local.

A despeito dessa luta legal que se travava entre os detentores da posse do terreno e o Estado, os Alagados expandiam-se. Sem dúvida alguma, essa situação “burocrática” contribuiu para a lentidão na aplicação de reformas e urbanização da área, pelo menos, por parte dos órgãos públicos. A própria população, inicialmente, foi responsável pelas precárias modificações estabelecidas na área. A quase exclusividade dos aterramentos sendo realizados por parte dos moradores perdurou até o início da década de 1970. De qualquer sorte, a participação do Estado no processo a partir de 1967 não significou necessariamente o término dessas ações.

³ Amigos dos Desabrigados. Por um lugar onde morar: Subsídios para uma história das invasões e dos desabrigados em Salvador. *Cadernos do CEAS* – Salvador (37): 22, maio/jun 1975.

⁴ Amigos dos Desabrigados, 1975, *op. cit.*

O aterramento era realizado através da associação com pessoas de várias partes da cidade que transportavam materiais de entulho. “*Eles pagavam aos caçambeiros para trazer o material*⁵” (de todos os tipos, pedra, areia, lixo e tudo mais) para que fosse feito o aterro. Seu Firmino, morador dos Alagados, acrescenta: “em alguns locais do bairro nós colocamos quase que 1,00m de entulho para nivelar o terreno, na minha casa foi 1,50m”.

No início da década de 1960, o que se tinha de concreto sobre os embates legais entre a União, o Estado e os foreiros era o fato da Vila Ruy Barbosa ter sido declarada como área de utilidade pública para desapropriação. No entanto, as demais áreas ocupadas não estavam inclusas neste pleito (MATTEDI, 1979. p. 137). Até 1967, nenhuma ação efetiva e concreta de transformação tinha sido executada ou mesmo planejada pelo Estado, excetuando-se as questões de ordem legal. Todas as transformações foram realizadas pelas ações dos próprios moradores. Entretanto, já em meados da década de 1960, existia indício de que ocorreriam modificações na área.

As denúncias e mobilizações realizadas pelas mais diversas instituições populares, principalmente as associações e centros comunitários locais, bem como por instituições e empresas jurídicas que, segundo entrevistados do Centro Comunitário da Vila Ruy Barbosa, se sensibilizavam com o problema, foram relevantes instrumentos de pressão sobre as três esferas políticas de governo: estadual, municipal e federal. Em 1967, o Governo Estadual estabeleceu as primeiras ações no intuito de resolver o problema.

AS PRIMEIRAS AÇÕES DO ESTADO

As primeiras Diretrizes Estaduais, no intuito de promover efetivas transformações em Alagados foram realizadas em 1967, através da criação de uma Comissão Estadual cujo objetivo era fazer um estudo social específico sobre os moradores, a “infra-estrutura” disponível e as necessidades da área. Esta Comissão atuou sob a orientação do SAMSU (Secretaria de Assuntos Municipais e Serviços Urbanos). Dentre as conseqüências mais importantes ocorridas, tem-se a realização de um recobrimento aerofotogramétrico de Salvador, concluído ainda em 1967, e a elaboração do Plano de Recuperação dos Alagados, concluído em 1969.

É necessário destacar que, simultaneamente a estas implementações, esse período marca o crescimento em Salvador da indústria de construção civil⁶. Esse processo é fruto, também, das possibilidades abertas a partir do Projeto Urbanístico de Salvador (1943) e da Comissão do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador (CPUCS), em 1948, criada com o propósito de dar continuidade aos trabalhos do EPUCS. É claramente observável tal relação através da constatação das implementações de rodovias e de avenidas de vale, marcantes em Salvador na década de 1950 e início da década de 1960, orientadas em função do Plano.

No final da década de 1960, Salvador vai ser marcada pelo crescimento das indústrias de construção civil ligadas ao setor habitacional, dentro deste contexto das propostas de habitação popular. Fato observável, aliás, em nível nacional, como conseqüência da política nacional de habitação que decreta, pela lei 4.380 de agosto de 1964, a criação do SFH (Sistema Financeiro Habitacional) e do BNH (Banco Nacional de Habitação)

O SFH tinha como objetivo básico promover a construção e a aquisição da casa própria, especialmente para as faixas de menores ingressos. (...) Ficava, no entanto, estabelecido de modo explícito que a

⁵ Quase todos os entrevistados deram relatos neste sentido.

⁶ As Dissertações de Mestrado de FRANCO, A. M. de A. *Habitação popular e solo urbano em Salvador* – Salvador: UFBA, 1983 e de BORGES, A. M. de C. *Expansão capitalista e habitação popular em Salvador* – SALVADOR: UFBA, 1979 são fontes bibliográficas que esclarecem questionamentos mais detalhados sobre as políticas habitacionais em Salvador.

promoção e a execução de projetos de construção de habitações seriam reservadas ao setor privado, cabendo ao setor público atuar apenas na elaboração dos projetos e na alocação dos recursos. Ao BNH, órgão central e de controle do SFH, caberiam funções de natureza predominantemente normativa e financeira (SZUBERT, 1979, p. 32).

Dessa forma, institucionaliza-se a conversão da habitação, juntamente com a habitação para as classes populares, em uma mercadoria de interessante valor comercial a ser apropriada pela iniciativa privada, com o propósito de ser convertida em capital. Ao Estado caberia, então, o papel de elaborar os projetos de habitação popular. A moradia, portanto, principalmente para essas camadas populares, que não dispunham de renda satisfatória, teriam que ser inseridas nesta lógica, deixando de ser uma necessidade básica, para tornar-se fomento à iniciativa privada, cuja perspectiva era primeiramente a obtenção de lucros, mesmo que os resultados não tenham sido, no tocante ao retorno do investimento pela população pobre, os esperados.

A lógica da implementação e da resolução, pelo menos do problema da habitação na área de Alagados, foi basicamente esta: a construção de moradias populares, a título de crédito em longo prazo. Hipoteticamente, uma possibilidade de rentabilidade para empresas de construção civil e para o sistema de crédito habitacional, uma vez que o problema da habitação popular era acentuado em Salvador.

Retornando à discussão sobre as pesquisas da situação dos Alagados, a Comissão formada era constituída por membros do Governo Estadual, da Prefeitura Municipal e das Instituições Comunitárias do local,⁷ representando os moradores (Associações de Bairro, Igreja, Centros Comunitários).

As pesquisas levantadas denunciavam as condições de vida dos moradores: indicadores de renda, alfabetização, condições das moradias, saneamento básico; além das transformações necessárias para solucionar o problema das pessoas naquele local. Foram discutidas as etapas do planejamento das obras e sua viabilidade, pelo menos o relatório preliminar expõe os fatos desta maneira.

Segundo dados do Plano de Recuperação dos Alagados, finalizado em 1969, todas as famílias que possuísem uma renda superior a NCr\$ 50,00 poderiam pagar o aluguel, considerando que cada prestação não excedesse a 15% do orçamento familiar. Seriam financiados 100% dos imóveis, por um prazo de 20 anos, com juros de 5% ao ano. É relevante considerar que, sendo na época o salário mínimo NCr\$ 100,00, estavam aptos a pagar todos os moradores que possuísem renda a partir de meio salário. Assim sendo, 96% dos moradores pagariam pelas habitações.

Em face das considerações acima, conclui-se que é viável a obtenção de recursos do Banco Nacional de Habitação, de acordo com as normas da Carteira de Operações de Natureza Social, para a execução do programa, isto é, *financiar* aos moradores a compra do lote urbanizado e material para a construção da habitação (BAHIA, 1970, *op. cit.*, p.145).

Fica evidente que as propostas de melhorias das condições de vida da população, desenvolvidas pelo poder público estadual, em consonância com a Prefeitura Municipal de Salvador, ocorreriam mediante o crédito habitacional e o crédito para a aquisição de material para construção, ambos financiados pelo BNH. Meio salário mínimo representava legalmente, não só a “conquista de uma vida melhor”, mas, acima de tudo, a inserção da população proletária e que vivia nas palafitas na lógica de mercado, o que condicionava a sua morada a um jogo “simples” de compra e venda.

⁷ Segundo membros das associações, a rigidez das propostas sempre limitou sua participação mais efetiva, o que entra em choque com a idéia das propostas de planejamento que argumentam o envolvimento das organizações comunitárias.

A moradia tornava-se, portanto, uma mercadoria acessível aos pobres. Essa possibilidade de conquistar uma casa que representasse, teoricamente, condições melhores de salubridade, pelo exposto nos dados dos estudos realizados pelo Plano de Recuperação dos Alagados, tornar-se-ia na realidade um instrumento claro de prisão financeira e orçamentária em projeto de legitimação estadual.

Do ponto de vista empresarial, cumpre ressaltar a convergência dos seus interesses com os do governo. Partindo do princípio de que o custo não é pouco e, balizado pelo pouco poder de aquisição da maior parte da demanda, é necessário, através da redução dos custos, garantir o lucro, que, pela acumulação do capital, custeará o desenvolvimento da nossa sociedade⁸.

Estas informações demonstram a lógica aplicada no planejamento para os Alagados, em escala mais ampliada, na cidade de Salvador e Brasil, convergindo com o crescimento do capital que girava nas mãos das indústrias da construção civil, do Estado e do BNH, este último como financiador de tais empreendimentos. As condições de vida da população tornam-se instrumentos de aquisição e tentativa de reprodução do capital nas mãos de empresas privadas, articuladas ao poder público municipal e, principalmente, estadual.

Em 1969, o Governo, a partir das pesquisas elaboradas pela Comissão, posteriormente ao encaminhamento do relatório preliminar, instituiu a CEPRAL (Comissão Executiva do Plano de Recuperação dos Alagados) com o propósito de concretizar as transformações no local. Além da articulação com instituições de outros estados (Cohab-PE, CODESCO), órgãos financiadores (BNH e a URBIS⁹) e Sub-setores da Prefeitura Municipal de Salvador, a CEPRAL desenvolveu o zoneamento dos Alagados com o propósito de operacionalizar as atividades.

Esse zoneamento, traço marcante na atuação da CEPRAL em Alagados, caracteriza sua forma de intervenção por setores. A lógica seria, paulatinamente, promover melhorias setor a setor, o que culminaria com a urbanização integrada após conclusão de todas as obras.

Após quase um ano de atuação da CEPRAL no desenvolvimento das melhorias em Alagados, o GEPAB, um novo órgão criado pelo Governo da Bahia, em 1972, pelo que se percebe, para o mesmo fim da CEPRAL, desenvolve nova pesquisa sócio-econômica em Alagados. Além disso, avalia a atuação da CEPRAL, condicionando sua pouca eficiência e dificuldades à falta de autonomia financeira. Indica, também, a necessidade da criação de um outro agente promotor, com capital misto, junto ao BNH, além da URBIS. Nesta mesma análise, coloca a existência da CEPRAL¹⁰ como uma barreira para a execução do plano, em função, dentre outros fatos, da sua própria estrutura administrativa (GEPAB, 1973. p. 10 – 19).

O funcionamento e os trabalhos elaborados pelo GEPAB ocasionaram a criação, em 1973, da AMESA (Alagados Melhoramentos S.A.) que foi responsável pela primeira intervenção consolidada na área, apresentando os primeiros resultados.

É conveniente acrescentar que durante todo este período de embates legais de implantação de Comissão e Órgãos que, em hipótese, desenvolveriam e promoveriam a urbanização dos Alagados, os moradores das mais diversas áreas continuaram executando suas próprias “melhorias”, de acordo com as suas possibilidades. Segundo as entrevistas, a prioridade era sempre o aterro, com isso a criação do solo para a consolidação da moradia. Em função desse aterramento, até o momento analisado, executado quase que exclusivamente pelos moradores, abria-se a possibilidade dos órgãos estatais (empresa de energia elétrica, de água e saneamento básico) instalarem a rede elétrica e a canalização de água no local.

⁸ Mauricio Shulmann, Presidente do BNH. A Tarde, 23.08.1978.

⁹ A URBIS (Habitação e Urbanização da Bahia S.A.) era o único órgão do Estado da Bahia que funcionava como agente financeiro do BNH. Foi criado em 1965 e liquidado em 1998.

¹⁰ A CEPRAL foi extinta em 1972 e suas atribuições foram incorporadas pela URBIS.

Normalmente, estes benefícios eram partilhados (na maioria das vezes ilegalmente) e ampliados para todos moradores que ainda não os possuísem, sejam ainda nas palafitas, sejam nas áreas semi-aterradas ou aterradas.

AS INTERVENÇÕES NO LOCAL

A partir de 1973, com a criação e instituição da AMESA, iniciam-se concretamente as primeiras intervenções nos Alagados. Mais de 20 anos, portanto, após o processo de invasão e ocupação das áreas alagadiças. O projeto teve como base pesquisas realizadas pelo GEPAB. Tais pesquisas tinham como objetivo fazer um reconhecimento sobre a infra-estrutura, as condições sociais e econômicas, viabilidade de remanejamento, dentre outros aspectos relativos aos moradores dos Alagados.

A primeira medida adotada pela AMESA, fundamentada na experiência ineficaz da CEPRAL, foi promover a urbanização do local de forma integrada, o que, teoricamente, inviabilizaria a continuidade das invasões. Este fato, a expansão contínua das invasões, em verdade, foi detectado como um dos grandes problemas da intervenção por setor, na medida em que a cada urbanização de um setor, outras palafitas eram sempre erguidas. Obviamente, na ótica dos moradores, essas modificações no intuito de urbanizar a área significavam a constituição de uma sólida moradia, o que os estimulava a invadir outras áreas em Itapagipe.

Esse projeto integrado, muito interessante teoricamente, na prática não se consolidou, pelo menos não da forma inicialmente concebida. Promover, simultaneamente, melhorias na área dos Alagados para um total de 15.632 domicílios¹¹, o que representava aproximadamente 78.000 habitantes¹², revelou-se como o primeiro grande problema para o Projeto, principalmente no âmbito orçamentário. Além do mais, seria temeroso implementar um projeto de tal magnitude sem saber, na prática, as reais conseqüências de tais intervenções. Dessa forma, os dirigentes da AMESA preferiram realizar uma experiência modelo, com o propósito de poder analisar a viabilidade de tal empreitada.

Então, a primeira experiência realizada ocorreu nos arredores da Ilha de Santa Luzia, no bairro conhecido como Uruguai. Vários problemas financeiros, estruturais e de concepção, tanto na análise quanto na implementação do projeto, foram detectados. Sem dúvida, estes conflitos entre o planejamento e a implementação do piloto Santa Luzia redirecionam a ação do Estado em Alagados, principalmente no tocante à questão orçamentária.

Como o projeto não se constituía efetivamente em uma tentativa de solucionar o problema, mas de inserir a população pobre na política financeira habitacional, fato que deixa à margem a real situação dos moradores, assim como suas reais condições de assumir uma dívida em longo prazo com os agentes financeiros, o problema orçamentário aparece impondo limites a sua execução. O retorno financeiro não atingiu as metas esperadas, o que suscitou medidas importantes que vão descaracterizar completamente a idéia original.

Um acidente fortuito ocorrido em Alagados, em 1978¹³, que obrigou uma ação emergencial da AMESA, constituiu-se em uma oportunidade relevante para os planejadores. A facilidade da construção de vários barracos de madeira compensada, cobertos por telhas (barraco-padrão), representava uma economia de tempo, mas, essencialmente de capital, teoricamente o maior problema do projeto original. Dessa forma, adota-se a idéia dos barracos-padrão para a solução do problema habitacional nos Alagados. Enquanto uma parte das intervenções estava direcionada à construção de moradia e retirada dos moradores das

¹¹ GEPAB, 1973, *op. cit.*, p. 16.

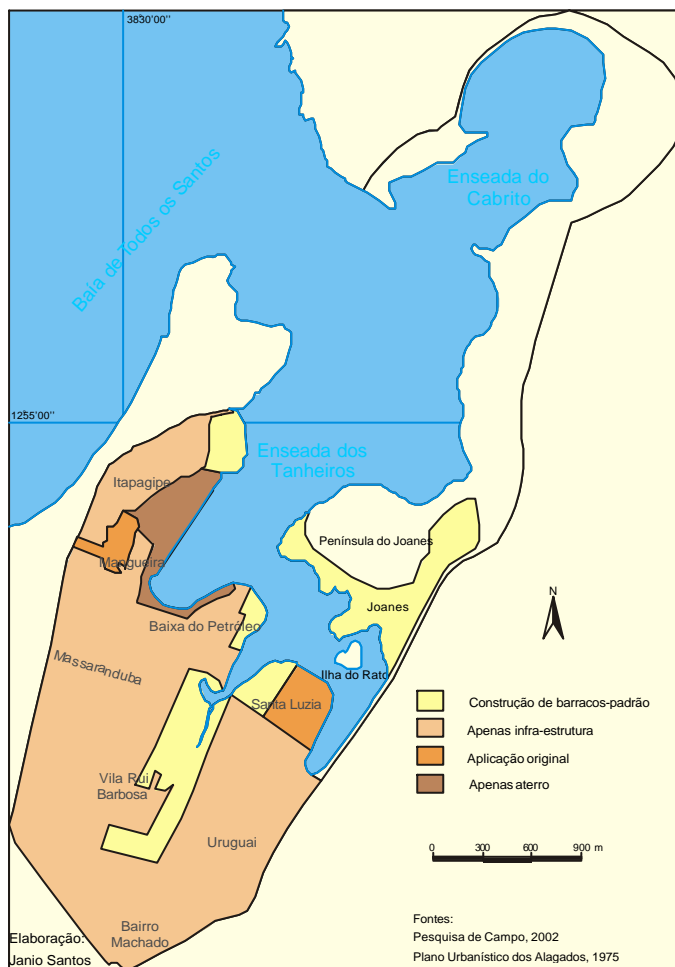
¹² Censo de 1970.

¹³ Um incêndio ocorrido na Baixa do Petróleo atingiu várias famílias que moravam nas palafitas – Jornal A Tarde, 1978. A AMESA então construiu 8 barracos de madeira para alojar os moradores afetados pelo incidente.

palafitas, uma outra se responsabilizava pela implantação de infra-estrutura, já que os Alagados possuíam uma parte significativa de áreas consolidadas. Aproximadamente 68% dos domicílios estavam nessas áreas consolidadas, enquanto 32% da população viviam nas palafitas ou em áreas semiconsolidadas aterradas com o lixo e entulho. As necessidades das áreas consolidadas estavam associadas, principalmente, à implantação de saneamento, de condutores de energia e água.

Nas áreas aterradas, pela precariedade de algumas residências e para minimizar seus custos, a estratégia do Estado foi ceder moldes de tijolos de cimento para a população comprar materiais e construir suas residências¹⁴, se bem que esta medida atingiu uma população restrita na área, principalmente na Vila Rui Barbosa e na Massaranduba, na medida em que muitos moradores já haviam construído suas casas.

**Fig. 2 - Núcleo dos Alagados
Resultado do Primeiro Projeto, 1981**



Um percentual aproximado de 75% da área não necessitou da implantação concreta de residências, apenas de infra-estrutura urbana e de serviços básicos (Fig. 2). No bairro da Mangueira, alguns depoimentos indicam que as intervenções limitaram-se apenas ao aterramento. Dentre estes espaços, uns poucos tiveram a delimitação dos lotes, sem, necessariamente, a construção de nenhuma habitação. Os moradores foram orientados a adquirir os materiais para a construção da moradia e demarcar o seu terreno no local, o que era oficializado por algum funcionário da AMESA (Fig. 3).

O Projeto dos Barracos-padrão atingiu áreas da Vila Rui Barbosa, do Areal (Itapagipe), de Santa Luzia e do Joanes. Foi largamente executado entre o final da década de 1970 e os anos iniciais da década de 1980, sendo concluído em 1986 (CARVALHO, 2003. p. 93). Sem dúvida, essa forma de intervenção foi, talvez, a mais aproximada do projeto integrado que buscava a solução da área como um todo. Entretanto, não atingiu as metas,

pois a população, em momento algum, deixou de invadir, continuamente, e construir suas palafitas nas áreas alagadas, fato que contribuiu para expansão do núcleo.

A discussão sobre a implantação de tal projeto, com perspectiva de reduzir custos, foi questionada, inclusive pelo BNH. Em princípio, seus resultados podem ser analisados a partir de duas perspectivas: a do Estado, no tocante à minimização do problema dos Alagados, e a da população.

¹⁴ Informação concedida por Senhor Anísio, Senhor Miguel e Senhor Antônio Raimundo, moradores da Vila Rui Barbosa.



Figura 3 – Mangueira: O Estado não constrói as residências e a população é estimulada a demarcar seus lotes, 1986.

Para o Estado, no que diz respeito à questão orçamentária, a idéia dos barracos-padrão apresentou-se como uma estratégia satisfatória, pois simbolizava, dentro da lógica do projeto, uma economia bastante significativa de tempo e dinheiro, principalmente, nos locais onde, sequer, tais barracos foram erguidos. Segundo Carvalho (2003. p.93):

A experiência bem sucedida da construção de barracos-padrão sobre lotes urbanizados nos setores Joanes e Itapagipe, fizeram com que a AMESA adotasse o mesmo procedimento para os novos setores, criados através de aterro, associado à adoção de um desenho urbano tradicional.

Para os moradores, percebe-se que se, por um lado, era resolvido, imediatamente, o problema da moradia nas palafitas, por outro, em longo prazo, tal estratégia revelou outros sérios problemas. A pluviosidade significativa, características das áreas litorâneas do Nordeste, reflexo de um clima Tropical Úmido, rapidamente vai deteriorar tais barracos-padrão, acarretando gastos regulares com a reforma e reestruturação da moradia.

A maioria das áreas que foram “beneficiadas” com os barracos-padrão, hoje, pela percepção desse alto custo nas periódicas reformas, tem suas residências consolidadas com casas de alvenaria, feitas no sistema de autoconstrução, prática comum em áreas periféricas.

A própria concepção urbanística do projeto foi amplamente alterada pela estratégia de aterrar algumas áreas sem remover as palafitas, o que também significava redução nos custos. Isso afetou a implantação e consolidação de um espaço urbano que promovesse, para os moradores, melhores condições de vida e bem-estar social. O desenho urbano atual, o sistema de articulação e o sistema de circulação interna, materializado através de ruas estreitas completamente desarticuladas, são provas deste problema.

Outro fator fundamental a ser evidenciado na implantação deste projeto, juntamente com seus resultados, está ligado à utilização e concepção dos espaços para lazer. O desenho urbano, novamente, evidencia a repetição da lógica de otimização dos espaços utilizados pelos moradores das palafitas na implantação do projeto. Assim sendo, os espaços destinados ao lazer coletivo, bem como à implementação de projetos paisagísticos na área, é muito limitado; na maioria das vezes, tais necessidades sequer foram projetadas pelos planejadores.

As casas modelo barracos-padrão e a conclusão de tais obras em nenhum momento encerraram completamente o processo de invasão e de expansão do solo urbano nos Alagados. Principalmente, porque em momento algum foi preocupação das políticas públicas resolver o problema na sua essência. As palafitas, inclusive, podem ser encontradas atualmente margeando a Península Itapagipana, estreitando ainda mais o pouco que resta da Enseada dos Tanheiros.

O segundo Projeto de intervenção do Estado, pelo menos no sentido de uma proposta para equacionar o problema habitacional, deveria ocorrer na invasão dos Novos Alagados. Essa proposta de projeto, intitulado Projeto Novos Alagados, teve início em meados da década de 1980, apresentando características bastante similares ao Projeto dos Alagados.

A responsabilidade do planejamento e concepção urbanística do Projeto dos Novos Alagados ficou com a HAMESA, antiga AMESA. Seu passo inicial foi realizar uma pesquisa sócio-econômica e sobre as condições de infra-estrutura no local invadido. Comparativamente, o Projeto dos Novos Alagados exigiria menos que o dos Alagados, atingiria e beneficiaria, então, uma população de aproximadamente 17.134 habitantes, ocupando cerca de 3.511 domicílios (HAMESA, 1984. p. 9).

No Projeto dos Novos Alagados as preocupações iniciais circunscreveram a questão do não remanejamento da população, reivindicação dos moradores, pois eles desejavam permanecer no local, da mesma forma que em Alagados; e, como consequência deste, o aterramento do local para a expansão do solo urbano. As primeiras obras iriam ocorrer entre 1985 e 1986. No entanto, além da pesquisa nada se concretizou desta proposta. Segundo Isidalva, membro da Associação 1º de maio e moradora dos Novos Alagados desde a sua fundação: “Além de algumas madeiras para a reforma de umas poucas palafitas, a HAMESA não fez nenhuma melhoria no nosso bairro. Foram feitas várias pesquisas, há muitos anos, mas reformas que são boas, nada. Levamos muitos anos no abandono”.

Em 1987, ano que marca a extinção da HAMESA, sendo suas atividades transferidas para a URBIS, os programas de urbanização dos Alagados e dos Novos Alagados, que já se apresentavam limitados, estacionam. Entre o período de 1987 e 1995, nenhum projeto mais amplo teve como preocupação resolver qualquer problema dos Novos Alagados (Fig. 4).



Fig. 4 - Novos Alagados: Condições de vida, 1987

Todas as transformações nos Novos Alagados ficaram a cargo dos moradores e das iniciativas das Associações. Resumiram-se ao aterramento e à construção de moradias, de acordo com as possibilidades de cada morador.

A vida em Novos Alagados é uma demonstração do crescente empobrecimento do país. Equilibrados em toscas casas de madeira suspensas por palitos enterrados na maré que só levam seus moradores a terra através de tábuas, vive a maioria das três mil famílias da área. Convivem com a sujeira, o mau cheiro da maré, do lixo e dos esgotos. Não têm escolas, nem creches públicas (Jornal A Tarde. 08.08.1989).

O Terceiro Projeto, que ainda está em andamento no local, atuando tanto na área dos Novos Alagados quanto nas áreas de expansão mais recente - Outros Alagados - é o Programa Ribeira Azul. Se comparado aos anteriores, apresenta-se como um programa muito mais amplo, com perspectivas mais eficazes; pelo menos, na ótica do planejamento público. As estratégias utilizadas revelam, aparentemente, uma proposta mais consolidada, tendo como meta principal a erradicação das palafitas.

O Programa Ribeira Azul passou a ser esboçado a partir de 1996, como parte de um programa maior denominado Programa Bahia Azul. Sua implementação, no entanto, só será efetivada em 1998, sob a responsabilidade da CONDER¹⁵. Está associado ao Programa Viver Melhor, que atua na promoção de melhorias nas condições de habitação e infra-estrutura urbana dos bairros de Salvador. Na realidade, o gérmen do Programa Ribeira Azul é o Projeto de Recuperação Ambiental e Promoção Social dos Novos Alagados, proposto em 1992; contudo, só implementado em 1995. Seus recursos iniciais foram oriundos do Ministério de Assuntos Exteriores da Itália e, posteriormente, do Banco Mundial (CONDER, 2002, p. 2). Este projeto marca também a participação da AVSI (Associação Voluntários para o Serviço Internacional), uma ONG (Organização Não-governamental), no programa de melhoria das condições de vida dos moradores dos Novos Alagados, através da liberação de recursos financeiros.

Especificamente sobre o Programa Ribeira Azul, é notório que sua atuação inicial foi voltada, precariamente, para a promoção de melhorias nas condições de saneamento básico no entorno da Península de Itapagipe e toda Enseada dos Tanheiros e do Cabrito. Posteriormente, assume a função de promover reforma nas condições habitacionais em toda área, assumindo certa autonomia interna na CONDER, sob a perspectiva de Programa, para elaborar os projetos voltados para as três subáreas dos Alagados.

Em 2000, a partir das discussões anteriores entre o Governo do Estado e a AVSI, o Governo elaborou o Projeto de Apoio Técnico e Social solicitando financiamento ao Ministério de Assuntos Exteriores da Itália, sendo aprovado em julho do mesmo ano. Esse projeto teve como objetivo o fornecimento de suporte técnico ao Projeto Ribeira Azul, ampliando suas intervenções, fundamentado na experiência do Projeto dos Novos Alagados de 1995, para os arredores de toda a Enseada dos Tanheiros e do Cabrito.

A divisão do espaço contemplado pelo Programa Ribeira Azul segue a lógica setorial adotada embrionariamente, em 1972, pela CEPRAL. As três subáreas dos Alagados foram divididas, objetivando a sistematização das intervenções. De acordo com o Programa, visa otimizar suas implementações no intuito de atingir com eficácia um número significativo de moradores (CONDER, 2002, p. 4).

São 14 subáreas de atuação, dentre as quais três já tiveram seus projetos concluídos; sete subáreas concluíram suas obras; três subáreas possuem obras em andamento; e um projeto está em andamento na subárea da Baixa do Petróleo.

Do que se pode observar, em princípio, sobre a atuação do Programa Ribeira Azul nos Alagados, é que a subárea dos Novos Alagados apresenta o estágio mais avançado de implementação dos Projetos e obras. O que não significa que possuíram resultados satisfatórios, pelo menos, pelas considerações da população. Superficialmente, a erradicação das palafitas é uma meta já alcançada nesta área (Fig. 5).

A preocupação do Programa concentra-se em erradicar as palafitas, promover melhorias nas condições sociais e ambientais de todo entorno da Enseada dos Tanheiros e do Cabrito; criar condições de infra-estrutura urbana, saneamento básico, água e eletrificação para as residências; desenvolver o potencial humano dos moradores, através de programas de

¹⁵ A CONDER (atualmente, Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador) foi criada em 1973, sua atuação era circunscrita à Região Metropolitana de Salvador. Com a liquidação da URBIS, a CONDER assume, em 1998, suas atribuições e passa a ter a atribuição atual ampliada para todo o Estado da Bahia.

cursos de aperfeiçoamento técnico, profissional; dentre outras metas. No entanto, alguns problemas são denunciados pelos moradores no que tange à execução de tais obras.



Fig. 5 Novos Alagados: Vista frontal das obras do Programa Ribeira Azul, 2003.

No tocante à erradicação das palafitas dos Novos Alagados, apesar da remoção¹⁶ de algumas casas e da construção de alguns embriões nas áreas aterradas pelo Programa, boa parte das famílias não foi contemplada pelas novas residências. Isso significa que em vários locais estão, lado a lado, casas construídas pela CONDER e palafitas que tiveram seus assoalhos aterrados, mas onde nenhuma melhoria foi ainda implementada. Áreas, inclusive, cujas obras já foram consideradas encerradas (Fig. 6).



Fig. 6 – Novos Alagados: Fundo das obras do Programa Ribeira Azul, 2003.

As palafitas apenas deixaram de estar sobre as águas, transformando-se em um novo modelo sobre o solo aterrado. Este fato trouxe outro problema. Como essas casas têm seu assoalho abaixo do nível do aterro, todos os resíduos domésticos tendem a acumular-se nas residências, trazendo complicações. As propostas para o esgotamento sanitário revelam a fragilidade e a má qualidade de tais serviços (Fig 7).

¹⁶ Algumas famílias nos Novos Alagados foram removidas para uma encosta, localmente denominada de Araçás I, II e III. Em função da péssima qualidade das obras e da não-realização de pesquisas prévias sobre o tipo de solo, várias residências neste local desabaram, trazendo danos para os moradores. É uma questão, inclusive, em debate na Associação 1º de Maio.



Fig. 7 – Novos Alagados: Resultado das primeiras intervenções do Programa Ribeira Azul, 2003.

Do que foi analisado em função do depoimento dos moradores, o discurso dos representantes do Estado é de que os recursos acabaram. Disso supõe-se que pouca coisa sofrerá alteração nos próximos meses. É bem provável que seja necessário um novo projeto, conseqüentemente, com novos recursos financeiros.

O padrão e a infra-estrutura das casas revelam outro sério problema nos Novos Alagados, a partir das intervenções do Programa Ribeira Azul. Residências extremamente reduzidas minimizam as condições de bem-estar dos moradores.

Também, problemas com a infra-estrutura e com o sistema de drenagem por todos os locais onde as obras foram executadas são denunciados, na medida em que significam transtornos para os residentes. Idelson, o Vice-presidente da 1º de Maio, relata também que a Associação tem participado e cobrado ativamente no que tange à qualidade das moradias.

O processo de aterramento sem a retirada das palafitas consolidou um desenho urbano completamente desestruturado, impossibilitando a implementação de espaços coletivos que oportunizem a apropriação dos moradores para lazer e melhores condições de articulação e circulação, mesma experiência dos Alagados iniciais.

Segundo Jerry, em princípio, o Programa Ribeira Azul tinha como meta construir as mesmas casas, modelo barraco-padrão, adotado nos Alagados iniciais. Devido às pressões da Associação e dos moradores, as propostas foram descartadas.

A intervenção do Estado em Novos Alagados que, superficialmente, apresenta-se em estágio avançado, ganhando, inclusive, respaldo como modelo de referência internacional, demonstra na essência um “modelo de maquiagem” da paisagem urbana, sem atingir o cerne da questão, revelando sua fragilidade numa investigação mais detalhada.

Nos Outros Alagados, as intervenções estão em estágio mais atrasado. Os bairros da Baixa do Petróleo, do Uruguai e do Leblon são exemplos claros deste processo. No entanto, transformações vêm sendo implantadas, principalmente buscando a erradicação das palafitas, meta não atingida nestes locais (Fig. 8).

Na Baixa do Petróleo, vários núcleos continuam ocupados pelas palafitas, sem a perspectiva de transformações, segundo Elizete, moradora do local. Algumas áreas foram reformadas, algumas palafitas foram retiradas, mas muitas ainda continuam erguidas. Nestas áreas são dispensáveis os comentários sobre a infra-estrutura, o saneamento básico, dentre outras questões (Fig. 9).

Nos Outros Alagados, as áreas beneficiadas pelas intervenções do Estado revelam problemas com relação ao tamanho do domicílio e ao sistema de esgotamento sanitário. Espaços reduzidos abrigam famílias, algumas vezes numerosas. O sistema de drenagem e o escoamento dos resíduos domésticos evidenciam-se como os problemas principais revelados pelos moradores entrevistados. Nas épocas de pluviosidade acentuada, casas são inundadas e os dutos de esgotos transbordam, constatando-se, novamente, a precariedade das obras.



Fig. 8 – Outros Alagados: conjuntos residenciais do Programa Ribeira Azul, 2003.



Fig. 9 – Outros Alagados: remoção das palafitas, atividade do Programa Ribeira Azul, 2003.

Os representantes da CAMMPI (Comissão de Mobilização dos Moradores da Península Itapagipana) têm questionado, nesta área de intervenção, tais empreendimentos. Eles solicitam maior participação popular nas decisões dos planejadores, o que significa projetos mais adequados à realidade local.

A investigação sobre o histórico da intervenção do poder público nos Alagados revela as contradições na implementação das soluções para os problemas no local. As modificações na participação da população foram alteradas, pelo menos nos discursos, bem como a idéia de atingir apenas a questão de infra-estrutura urbana e habitação. Contudo, a prática explicita sua real proposta: o uso dos problemas sociais nos Alagados com o fim de captar recursos financeiros internacionais. A maquiagem da paisagem é o mecanismo utilizado para escamotear tais propostas.

É interessante observar que a própria mobilização e o envolvimento popular, principalmente no que tange às questões ambientais, distantes de representar uma proposta de participação da comunidade nas intervenções, vêm sendo utilizados como estratégia política eficaz para impedir expansão das palafitas; ou seja, os moradores são instruídos para

denunciar qualquer nova invasão nas áreas cujas palafitas foram demolidas, em prol de um discurso ambientalista (Fig. 10).



Fig. 10 – Novos Alagados: manguezais (re)implantados têm o objetivo de conter o surgimento de novas palafitas, 2003.

Os resíduos domésticos das casas construídas pelo Programa continuam sendo despejados na Enseada dos Tanheiros e do Cabrito sem que tais ações, para os planejadores, tragam qualquer impacto ao meio. Apenas a construção das palafitas, numa interpretação desta lógica, parece ser a única causa exclusiva dos problemas ambientais na Enseada dos Tanheiros e do Cabrito (Fig. 11).



Fig. 11 – Novos Alagados: limites do projeto de preservação ambiental do Programa Ribeira Azul, 2003.

O discurso ambientalista e o problema ambiental são objetos de uso político para captar recursos financeiros externos, sem que, necessariamente, tais metas sejam atingidas com a devida seriedade. De qualquer forma é importante deixar claro que tais problemas são realidade nos Alagados e merecem uma preocupação e uma prática mais sólida no local.

A proposta de inserção dos moradores na lógica imobiliária capitalista parece ser o objetivo dos programas de intervenção nos Alagados, repetindo ações pretéritas nos projetos de urbanização, em 1973. Os moradores têm que pagar uma taxa mensal para liquidar sua dívida com o Estado. Outra taxa que os moradores vêm sendo “aconselhados” a contribuir é a de esgotamento sanitário. Declaram, no entanto, que suas condições sociais e econômicas impossibilitam o pagamento de tal dívida. Os mais esclarecidos, inclusive, interrogam sobre o

destino das verbas disponibilizadas pelo Ministério de Assuntos Exteriores da Itália e pelo Banco Mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que, dentro do planejamento da cidade para fins turísticos, sua venda imagética é o instrumento fundamental na orientação do planejamento urbano para Salvador. Talvez, esta seja a maior modificação em relação às intervenções anteriores nos Alagados. O escamotear dos problemas sociais objetiva "criar" uma cidade "(in)visível" para ser apropriada pelos empreendimentos turísticos e para capitais que, certamente, não trarão materialização social alguma no espaço urbano, principalmente, na periferia.

O pensamento de que o problema dos Alagados resume-se à habitação e à infra-estrutura urbana não foi superado. A idéia de que os moradores são pobres por viverem nos Alagados reduz o planejamento e as precárias intervenções à casa e à infra-estrutura. Lazer, sistema de desenvolvimento educacional e profissional, circulação e articulação são elementos que passam ao largo dos projetos. Mesmo quando aparecem, não são analisados com a devida propriedade e relevância. No entanto, isso não é analisado como uma proposta sem intenção. É o mecanismo veiculado para a reprodução da forma de viver da periferia, conseqüentemente, da força de trabalho, como condição de reprodução da própria lógica capitalista.

A atuação do Estado no local, através dos Projetos e Programas de invenção, revela uma lógica equivocada de inserção dos moradores em programas de financiamento habitacional. Utiliza a real necessidade da população para captação de recursos financeiros. Esse sistema consolidou-se a partir da criação do BNH e do SFH, visando adquirir capital para a implantação dos Programas de Habitação Popular.

A análise dos três projetos – Alagados, Novos Alagados (não implementado) e o Programa Ribeira Azul – evidencia problemas no planejamento, que repercutem em condições insatisfatórias de moradia, de circulação e de lazer para população. Os programas de créditos para a aquisição da casa própria tiveram pouco êxito nos Alagados. Desconsidera-se que os padrões de renda são incompatíveis com tais financiamentos.

As pesquisas demonstram a necessidade da superação dos projetos interventores calcadas na premissa de que a resolução da questão habitacional incidirá no equacionamento dos problemas nos Alagados. A situação da moradia é uma conseqüência das condições sociais, não uma causa; é a tradução espacial da tensão causada pela desigualdade. Não é o fato de morar na periferia que torna as pessoas pobres, mas a sua condição de pobreza que os relegam às periferias.

Os movimentos populares atuaram junto com o Estado na promoção das melhorias na área. Aliás, suas intervenções precederam aos primeiros projetos governamentais. A consolidação de parte significativa do núcleo antigo ocorreu em função da articulação das lideranças populares e das ações individuais dos moradores na luta pela moradia. Ergueu-se uma *cidade no meio da cidade*.

As reivindicações por melhores condições de vida, entretanto, não cessam. As organizações comunitárias tiveram e têm papel importante nas modificações das propostas do Estado, mesmo que sua atuação seja limitada pela inflexibilidade dos projetos. Ainda assim, estão lutando ativamente pela implantação de programas que possam proporcionar um planejamento mais eficaz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 6ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985
- AMIGOS DOS DESABRIGADOS. Por um lugar onde morar: Subsídios para uma história das invasões e dos desabrigados em Salvador. **Cadernos do CEAS**. Salvador (37): 22, maio/jun 1975.
- BAHIA. **Estudos e Projetos**: Plano de recuperação de Alagados (Estudo Preliminar). Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1970.
- CARLOS, A. F. A **(re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.
- CARVALHO, E. T. de. Os Alagados da Bahia: intervenções públicas e apropriação informal do espaço urbano. In: **CADERNOS PPG-AU/FAU/UFBA** (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo). Ano 1, nº 1. Salvador: EDUFBA, 2003
- BAHIA. **Programa de redução da pobreza urbana na área do Ribeira Azul: Projeto de apoio técnico e social**. Salvador: CONDER, 2002
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989
- FRANCO, A. M. de A. **Habitação popular e solo urbano em Salvador**. Salvador: UFBA, 1983. (Dissertação de Mestrado)
- BORGES, A. M. de C. **Expansão capitalista e habitação popular em Salvador**. Salvador: UFBA, 1979. (Dissertação de Mestrado)
- GEPAB. **Relatório final**. Salvador: [s.n], 1973
- HAMESA. **Projeto Novos Alagados**. Salvador: [s.n.], 1984
- Jornal A Tarde. 08.08.1989.
- MATTEDI, M. R M. **Invasões na Cidade de Salvador**. Salvador: UFBA, 1979 (Dissertação de Mestrado)
- SANTOS, M. O espaço geográfico como categoria filosófica. In:AGB. **Revista Terra Livre**: O espaço em questão. São Paulo: Marco Zero/AGB, 1988
- SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem** São Paulo: Hucitec, 1997
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1990
- SZUBERT, E. B. Política habitacional no Brasil. In: BAHIA, SEPLANTEC. **Habitação e urbanismo em Salvador**. Salvador: SEPLANTEC, 1979

Recebido em dezembro de 2004.

Aceito em maio de 2005.